

RECURSO ESPECIAL Nº 1.817.085 - RS (2012/0251914-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS : RÉGIS BIGOLIN - RS059575
FABRICIO ZIR BOTHOME E OUTRO(S) - RS044277
RECORRIDO : DARSON ARNILO LEONHARDT
ADVOGADO : MÁRIO GONÇALVES SOARES E OUTRO(S) - RS022202

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL - PREVI - contra acórdão exarado pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ-RS).

Cuidam os autos, na origem, de ação ordinária DARSON ARNILO LEONHARDT contra CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI.

O il. Magistrado julgou improcedente o pedido (sentença às fls. 193/202).

Diante disso, DARSON ARNILO LEONHARDT interpôs apelação, a qual foi provida pelo eg. TJ-RS, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fl. 295):

"Apelação cível. Previdência privada. Preliminar de inépcia da inicial afastada. Coisa julgada não incidente à espécie. Preliminar de nulidade da sentença rejeitada. Pedido de incidência dos expurgos inflacionários sobre o benefício renda mensal temporária. Benefício calculado com referência às contribuições patronais. Pretensão que não se confunde com o pedido de expurgos inflacionários sobre as contribuições patronais ou sua devolução, que não são alcançadas aos associados. Sentença reformada para julgar procedente em parte o pedido. Recurso provido."

Inconformada, PREVI manejou o presente recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alega, além da divergência jurisprudencial, a violação do art. 202 da CF/88; dos arts. 535 e 538 do CPC/73; do art. 40 da Lei n.º 6.425/77; e dos arts. 1º, 7º, 9º, 18, *caput*, e § 3º, e 19 da LC n.º 109/2001.

Contrarrazões às fls. 403/416.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, não se conhece do recurso quanto à alegada infringência do art.

202 da CF/88, uma vez que se trata de matéria constitucional, cuja competência para exame é do col. Supremo Tribunal Federal, consoante preconiza o art. 102 da Carta Magna.

Ademais, invoca o recorrente a ofensa do art. 535 do CPC/73, ao argumento de que o eg. Tribunal estadual seria omissos quanto aos seguintes pontos: (i) litisconsórcio quanto à responsabilidade do patrocinador à formação da fonte de custeio; (ii) acórdão proferido para além dos limites do pedido; e (iii) não observância do programa contratual.

Quanto ao ponto (i) - relativo ao litisconsórcio do patrocinador para responder pela formação da fonte de custeio - verifica-se que o recorrente não a invocou nos embargos de declaração (fls.. 308/311), motivo pelo qual não é cabível alegar a ofensa do art. 535 do CPC/73 em sede de recurso especial.

Quanto às demais questões apontadas como omissas - limite do pedido e observância do programa contratual - verifica-se que o v. acórdão estadual analisou expressamente esses pontos, dando-lhes robusta e devida fundamentação. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes trechos do v. acórdão estadual (fls. 300/302)

"Examinando a preliminar de nulidade da sentença, arguida pelo apelante.

Rejeito tal preliminar porque jamais uma sentença que julga o pedido improcedente pode ser considerada extra petita.

(...)

Na hipótese dos autos, nada foi deferido, no máximo, o defeito estaria na fundamentação, pois o juiz usou teses e argumentos relacionados à contribuição efetuada pelo empregador, aduzindo que a contribuição patronal não é alcançada ao empregado retirante. A sentença prolatada não sofre do vício da nulidade por ausência de fundamentação, pois em algumas partes o texto se aplica às circunstâncias pretendidas.

Finalmente, a inicial não é inepta, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do art. 282 do CPC. Da narração dos fatos decorre o pedido lógico, certo e determinado, sendo possível a pretensão no ordenamento jurídico pátrio, havendo oferecimento de contestação pela demandada.

Afasto as preliminares e passo ao exame do mérito.

(...)

Trazendo tal perfil relativamente ao pedido, saliento que é fato incontroverso que o autor está percebendo o benefício renda mensal temporária como renda certa, pois não houve contestação da requerida neste sentido, consoante, art. 2102 do Código de Processo Civil. E, há prova nos autos no sentido de que a PREVI

está efetuando o pagamento ao autor, como demonstra irretorquivelmente o documento de folha 37.

Nesse passo, concluiu-se que o autor está recebendo como renda certa ou renda mensal temporária as contribuições patronais, consoante possibilidade descrita no artigo 49 do Regulamento, fl. 127, que esclarece, com precisão, esta situação e a forma de cálculo."

Com efeito, é uníssona a jurisprudência desta eg. Corte no sentido de que o magistrado não está obrigado a responder a todos os argumentos apresentados pelos litigantes, desde que aprecie a lide em sua inteireza, com suficiente fundamentação. Nesse sentido, destacam-se:

"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO MONITÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS RÉUS-EMBARGANTES.

(...)

2. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, à míngua de qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973.

(...)

6. Agravo interno desprovido."

(AgInt no AREsp 362.110/RJ, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe de 23/03/2017 – g.n.)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. Apreciação de todas as questões relevantes da lide pelo Tribunal de origem. Ausência de afronta ao art. 535 do CPC/1973 (correspondente ao art. 1.022 do CPC/2015). DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973, correspondente ao art.1.022 do CPC/2015, quando a Corte local pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

2. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 988.556/MS, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe de 17/03/2017 – g.n.)

Outrossim, melhor sorte não socorre ao recurso quanto aos arts. 1º, 7º, 9º, 18, *caput*, e § 3º, e 19 da LC n.º 109/2001 e ao art. 40 da Lei n.º 6.425/77. Sob as

referidas ofensas, afirma-se que o v. acórdão estadual deferiu o pagamento de benefício sem que houvesse a respectiva fonte de custeio, o que poderia gerar a quebra do equilíbrio do sistema previdenciário.

O eg. TJ-RS, por seu turno, condenou a recorrente ao pagamento da diferença de correção monetária sobre todas as prestações da renda mensal temporária concedida ao autor, ora recorrido, com respaldo na regulamentação previdenciária que rege as partes. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes trechos do v. acórdão estadual (fls. 301/305):

"Preambularmente, consigno que houve equívoco do magistrado ao julgar a demanda como se na hipótese em comento pretendesse o autor a devolução das contribuições patronais. A contribuição patronal serve apenas de referência ao cálculo das parcelas temporárias que o autor está percebendo, de conformidade com o art. 49 do Regulamento.

Feito tal esclarecimento, passo ao exame da controvérsia, ressaltando que o fundamental na presente situação é a identificação e delimitação do pedido do autor. A pretensão inicial consiste em que as contribuições patronais, até o limite de 80% do seu montante, na forma do regimento de benefícios, que foram e estão sendo devolvidas a título de renda certa, pelo prazo de 120 meses, obedeçam aos mesmos indexadores econômicos definidos na ação de conhecimento, mais precisamente no acórdão de nº 70026834812, que deferiu os expurgos inflacionários sobre a reserva de poupança (contribuição pessoal, do empregado), com base no princípio da isonomia.

Traçado tal perfil relativamente ao pedido, saliento que é fato incontroverso que o autor está percebendo o benefício renda mensal temporária como renda certa, pois não houve contestação da requerida neste sentido, consoante art. 302 do Código de Processo Civil. E, há prova nos autos no sentido de que a PREVI está efetuando o pagamento ao autor, como demonstra irretorquivelmente o documento de folha 37.

Outrossim, o demandante afirma ter recebido as contribuições pessoais em valor correspondente a R\$ 242.313,58, em única parcela, e que houve promessa de pagamento relativamente à devolução dos valores das contribuições patronais, restritas a 80%, e cujo montante corresponderia a R\$ 361.824,57, quando de sua retirada da PREVI. E que seria devolvido em 120 parcelas, como renda certa, o que também não foi impugnado pela ré.

Nesse passo, concluiu-se que o autor está recebendo como renda certa ou renda mensal temporária as contribuições patronais,

consoante possibilidade descrita no artigo 49 do Regulamento, fl. 127, que esclarece, com precisão, esta situação e a forma de cálculo:

(...)

Ademais, de conformidade com o parágrafo primeiro do texto acima transcrito, o montante da renda certa é apurado tomando-se a reserva matemática menos a reserva pessoal, que se traduz como sendo a contribuição patronal. Em sendo as contribuições da patrocinadora feitas com base na folha de pagamento, e por isso não são individualizadas, resta desnecessária a apresentação de memória de cálculo ou conta gráfica relativamente ao autor.

Nesse giro, não havendo conta gráfica ou memória de cálculo a ser apresentada, resulta como corolário lógico dos fatos o deferimento da pretensão autoral, uma vez que: quando o autor retirou-se da fundação recebeu sua reserva de poupança e teve deferido judicialmente os expurgos inflacionários – matéria inclusive já sumulada pelo STJ - resta evidente que esses expurgos incidam também no valor que agora lhe está sendo alcançado pela Fundação, a título de renda certa ou benefício mensal temporário, porquanto tal quantia é oriunda das contribuições patronais que não sofreram a atualização ora postulada.

No que atine à questão da correção monetária a ser aplicada pela ré, tenho por base o entendimento já sacramentado pelo nosso TJRS e pelo próprio STJ, em Súmula, 289:

(...)

De outro giro, tenho que desnecessária a apresentação de memória de cálculo, conta gráfica, ou qualquer outro demonstrativo, pois o artigo 49 do Regulamento explicita a forma de como chegar-se ao valor da renda mensal temporária.

Há equívoco na fundamentação da requerida, quando sustenta a ausência de previsão legal e estatutária que resguarde a pretensão autoral, pois resulta da simples leitura do artigo 49 do Regulamento e de toda prova trazida aos autos.

Por fim, entendo que não há qualquer indício ou adminículos de prova de que o benefício renda mensal certa tenha sido calculado erroneamente, sendo por isso indeferido o pedido de recálculo inicial. O que entendo cabível é o incremento dos expurgos inflacionários par majorar o valor inicial sob este fundamento, e não que houve erro matemático, erro de cálculo, na concessão da renda mensal temporária."

Nesse contexto, verifica-se que o eg. Tribunal estadual deferiu o pagamento dos expurgos inflacionários com base no regulamento previdenciário do recorrente, de modo

que, para alterar essa conclusão, seria necessário analisar o acervo probatório e as cláusulas do regulamento, providência incompatível com o apelo nobre, a teor das Súmulas 5 e 7 do STJ.

Noutro giro, relativamente ao parágrafo único do art. 538 do Código de Processo Civil, o recurso merece provimento. Observa-se que os embargos de declaração, na espécie, foram opostos com o intuito de questionar matéria acerca dos regramentos que se puseram a consubstanciar os autos, consideradas não apreciadas pela parte recorrente. Tal o desiderato dos embargos, não há por que inquiná-los de protelatórios; daí que, em conformidade com a Súmula 98/STJ, deve ser afastada a multa aplicada pelo Tribunal local.

Veja-se, a exemplo, o seguinte julgado:

"DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PLANOS ECONÔMICOS BRESSER E VERÃO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PEDIDO PARCIALMENTE COINCIDENTE COM O DE OUTRA AÇÃO CIVIL PÚBLICA ANTERIOR. EXTINÇÃO PARCIAL DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR SUPERVENIENTE PERDA DO OBJETO. NECESSIDADE DE APRECIÇÃO DOS PEDIDOS CUMULADOS EM ORDEM SUCESSIVA. AUSÊNCIA DE OFENSA À COISA JULGADA.

(...)

4. Nos termos da Súmula n. 98/STJ, os embargos de declaração opostos com intuito de prequestionamento não têm caráter protelatório.

5. Recurso especial a que se dá parcial provimento, apenas para excluir a condenação ao pagamento da multa fixada com fundamento no art. 538, parágrafo único, do CPC."

(REsp 1178222/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 07/04/2015, DJe 17/04/2015 - grifou-se)

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial, apenas para afastar a aplicação da multa prevista no art. 538 do CPC/1973.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator